



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO**  
**PROJETO DE LEI N.º 66, DE 2022**

Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva e o atendimento educacional especializado (AEE), nas escolas de educação básica da rede municipal de ensino de Indianópolis-MG, e dá outras providências

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relator:** Vereador ELMAR FERNANDES DE RESENDE

**I RELATÓRIO**

Veio a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP) o Projeto de Lei n.º 66, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal, para parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa.

O projeto é dividido em vinte e quatro artigos, a saber:

O art. 1º institui a Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva no âmbito da rede municipal de educação de Indianópolis.

O art. 2º prevê que o objeto da Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva é a disponibilização do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial em turmas comuns da rede regular de ensino.

O art. 3º dispõe que a educação especial é uma modalidade de educação escolar transversal a todos os níveis, anos de escolaridade e modalidades de ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

O art. 4º considera público da educação especial, para efeito do que dispõe a presente Lei, os estudantes que apresentam deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

O art. 5º estabelece que as diretrizes de funcionamento dos serviços especializados em educação especial, bem como a assessoria e supervisão serão estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

O art. 6º prevê que a Secretaria Municipal de Educação seguirá a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva que tem como base nos princípios discriminados nos incisos I ao VII, do artigo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

O art. 7º fixa os objetivos do atendimento educacional especializado.

O art. 8º diz quais são os objetivos da Política Municipal da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

O art. 9º estatui que a Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar redes de apoio ao processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação especial, incluídos em turmas regulares da rede municipal de ensino, com a implantação da equipe técnica multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta e assistente social), com a função de acompanhar, analisar, avaliar e orientar os trabalhos desenvolvidos do professor regente, do professor de atendimento educacional especializado, do professor de apoio e encaminhar para o atendimento de profissional específico de acordo com a deficiência do aluno.

O art. 10 estabelece quais os profissionais que as escolas que oferecem o AEE deverão contar.

O art. 11 dispõe que o quantitativo de pessoal para atuar nas escolas que oferecem o AEE será proporcional ao número de alunos público da Educação Especial, bem como ao tipo de necessidade educativa apresentada.

O art. 13 estabelece a carga horária semanal dos professores que atuarão no AEE em sala de recursos multifuncionais.

O art. 14 prevê que o profissional de apoio escolar atuará de forma articulada com os professores do(s) aluno(s) da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais do contexto escolar auxiliando o professor regente e a equipe pedagógica da escola no trabalho com os alunos e turma.

O art. 15 dispõe que o quantitativo de profissional de apoio escolar para cada unidade será previsto em fluxograma anual, elaborado pelo Serviço de Apoio Pedagógico/Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, podendo a qualquer tempo ser alterado.

O art. 16 determina que a formação continuada de profissionais que atuam na modalidade de educação especial deverá ocorrer nas diversas áreas de conhecimento desta modalidade: libras, braille, soroban, tecnologia assistiva, orientação e mobilidade e *softwares* para leitura, criação e ampliação de texto, de forma a atender às necessidades das pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e AH/SD da rede municipal de ensino.

O art. 17 estabelece que as escolas de educação básica do Sistema Municipal de Ensino devem prever em seu Projeto Político Pedagógico acessibilidade urbanística nos mobiliários e equipamentos, nos transportes e recursos de acessibilidade ao currículo escolar, cabendo aos professores do AEE a responsabilidade técnica e pedagógica necessária à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem.

O art. 18 diz ser de responsabilidade do gestor da unidade de ensino zelar pelo encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação de documentos, ofícios e informações acerca dos estudantes público-alvo da educação especial, bem como auxiliar na articulação entre os profissionais da unidade de ensino e as famílias dos estudantes público-alvo da educação especial.





**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



O art. 19 atribui ao supervisor da escola planejar, juntamente aos profissionais envolvidos no atendimento ao público-alvo da educação especial, o diagnóstico inicial desses estudantes, acompanhar com o professor especializado da unidade de referência, no contraturno, o desenvolvimento do estudante, as estratégias e conteúdos realizados no AEE.

O art. 20 dispõe que o professor de sala regular, em sua área de atuação, deve mediar os processos de construção do conhecimento, realizar um diagnóstico inicial dos estudantes público-alvo da Educação Especial, com base no Plano de desenvolvimento individual – PDI, dos anos anteriores, a fim de elaborar um plano de ensino a partir da proposta pedagógica da unidade de ensino e das adequações curriculares planejadas, considerando estratégias pedagógicas adequadas que visem ao desenvolvimento das potencialidades do estudante.

O art. 21 reza que caberá à Secretaria Municipal de Educação e ao Serviço de Apoio Pedagógico responsável pela educação especial regulamentar e implementar as políticas públicas da educação especial na perspectiva inclusiva estabelecidas na forma desta Lei.

O art. 22 assegura que os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os supervisores escolares das respectivas unidades e do Serviço de Apoio Pedagógico/Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação.

O art. 23 prevê que o Poder Executivo Municipal enviará, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de lei tratando da criação de cargos e funções necessários à implantação da Política Municipal de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva.

O art. 24 contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

É, em síntese, o relatório.

## **II FUNDAMENTAÇÃO**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um forte instrumento de promoção da educação especial inclusiva, que elimina as barreiras existentes na escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação.

O projeto prevê que a Secretaria Municipal de Educação criará equipe técnica multidisciplinar, que terá a função de acompanhar e orientar os alunos e professores.

Além do AEE, o projeto assegura que as escolas de educação básica devem incluir no Projeto Político Pedagógico (PPP) a acessibilidade arquitetônica, o transporte acessível e a disponibilização de material didático e recursos tecnológicos que atendam às necessidades específicas dos alunos.

Por isso, a criação da Política Municipal de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, é uma grande conquista, por assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos que têm necessidades específicas de aprendizagem.

É cada vez maior o número de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas municipais, o que impõe ao sistema municipal de ensino a obrigatoriedade de contar com equipes técnicas de profissionais de diferentes áreas para dar suporte aos professores e aos estudantes, a fim de eliminar as barreiras que possam dificultar o processo de aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**III CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 66, de 2022.

Sala das Reuniões, 20 de abril de 2022.

**ELMAR FERNANDES DE RESENDE**  
Relator

**MARCOS TÚLIO DA SILVA**  
Presidente

**JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)**  
Membro